

ACORDO PARA MANTER CONQUISTAS GOLPE NOS DIREITOS

AQUI NÃO!

Trabalho honesto na defesa da categoria

José Maria dos Santos
Presidente



A responsabilidade dos trabalhadores sempre foi colocada à prova e as respostas de nossa categoria nunca deixaram a menor sombra de dúvida de seu nível de consciência.

Vivemos no País uma severa crise, com o poder na República sendo usurpado por todo tipo de golpes, atingindo as instituições democráticas, ameaçando direitos sociais e trabalhistas.

A grande maioria dos trabalhadores aprovou a assinatura do ACT, mas foi unânime nas críticas à pouca sensibilidade da direção da Copasa em não responder pontos importantes que nem impactariam financeiramente a empresa, sobretudo em ajustes na estrutura de cargos e salários, aquisição de materiais e contratos de terceiros.

Todos aprovaram o ACT certos de que não impulsionamos o valor real dos salários ou melhoria nos benefícios, mas com a certeza de que asseguramos direitos, postos de trabalho e vacinamos a empresa contra iniciativas privatistas que ameaçariam nossos compromissos com um saneamento de qualidade.

Entendemos este como um momento de transição político-econômica para resgatar a condição ideal para que governos e empresas honrem o compromisso social na prestação de serviços públicos essenciais ao povo.

Aproveitamos para convocar toda a categoria, os sindicatos parceiros e as entidades representativas para se manifestarem contra a MP 844, a MP do Saneamento, em ato público no dia 30 de agosto.

Com o Acordo Coletivo, a empresa se comprometeu em cancelar a PMI que pretendia contratar PPP no sistema de esgotos. Impedimos a terceirização de uma atividade fim da empresa!

Mesmo não tendo um ganho real nos reajustes dos salários e benefícios, os trabalhadores aprovaram o Acordo Coletivo de Trabalho 2018, em assembleias realizadas em todo o Estado.

A aprovação se deu por 65,6% dos trabalhadores presentes nas assembleias, que exigiram do Sindicato a mobilização total para que a empresa cumpra pendências dos acordos anteriores, preserve os empregos e mantenha os compromissos sociais do saneamento contra as investidas de terceirização e privatização. Confira os principais pontos do Acordo Coletivo nas páginas centrais.

Págs. 2 e 3

SAÚDE NO BRASIL AMEAÇADA COM A MP DO SANEAMENTO

Dia Nacional de Lutas Contra a MP 844 marcado para 30 de agosto, em todos os estados, em defesa do saneamento ambiental. **Pág. 4**

LUTAMOS CONTRA A MP 844



UM ACORDO COLETIVO PARA TRAVAR IN

Este foi o primeiro Acordo Coletivo da categoria após a "reforma trabalhista" de 11 de novembro passado, quando o governo Temer colocou nas mãos da classe empresarial instrumentos para cortar direitos dos trabalhadores em todo o País.

O resultado em praticamente a totalidade das categorias profissionais foi trágico, com imposições patronais para estabelecer jornadas de trabalho inumanas, bancos de horas para não pagar horas extras, não repasse de inflação, prejudicando direitos de transporte como horas in itinere. Várias categorias não concluíram negociações iniciadas ainda no ano passado, com um represamento absurdo de reajuste salarial.

Na Copasa, o Sindicato aprovou a pauta de reivindicações um mês antes da data-base, que foi garantida na primeira negoci-

ação, mas as reuniões foram extremamente demoradas e chegando a um intervalo de mais de 40 dias entre uma e outra, em decorrência da Copa do Mundo.

O Sindicato se viu forçado a procurar o próprio governo do Estado para destravar o processo de negociação e buscar a aprovação de reivindicações da categoria, sempre esbarrando no argumento de crise nas finanças do Estado. Um indicador disto foi a alteração que a Copasa fez na distribuição de dividendos, elevando de 25% para 50% os repasses aos acionistas e até fazendo um crédito extraordinário de R\$ 280 milhões. O maior beneficiário disto é o próprio Estado, acionista majoritário da empresa, que precisava de recursos diante da situação caótica para manter seus compromissos financeiros.

PRINCIPAIS PONTOS DO NOVO ACO

Abaixo, enumeramos os principais pontos do Acordo Coletivo de Trabalho 2018, definidos nas negociações dos sindicatos com a Copasa e aprovados pelos trabalhadores. Todas as demais conquistas de acordos coletivos anteriores foram mantidas, protegendo a categoria das ameaças preconizadas pela "reforma trabalhista" golpista.

Os trabalhadores podem conferir a íntegra do Acordo Coletivo 2018 na página do SINDÁGUA, na internet (www.sindagua.com.br).

REAJUSTE SALARIAL PELA INFLAÇÃO ACUMULADA - Os salários foram reajustados a partir de 1º de maio pelo INPC acumulado de um ano, que registrou 1,69%. As diferenças salariais relativas aos meses de maio, junho e julho serão pagas junto com os salários de agosto/2018. Este percentual reajusta também os valores de todos os benefícios.

ULTRATIVIDADE DO ACORDO COLETIVO - Nas negociações com o SINDÁGUA, a Copasa garantiu a aplicação da "ultratividade" do Acordo Coletivo, ou seja, cláusulas dos direitos estabelecidos neste acordo só podem ser modificadas por outro acordo e não perdem eficácia no vencimento de data-base.

GARANTIA DE EMPREGO - Os trabalhadores na Copasa ficam protegidos contra demissões, a não ser nos casos de justa causa e dos planos de desligamentos voluntários.

DIREITOS GARANTIDOS EM HOMOLOGAÇÕES NO SINDICATO - Nosso Acordo Coletivo protege os trabalhadores de um dos golpes da "reforma trabalhista" quando se desligam da empresa.

A homologação e conferência das verbas rescisórias devem ser feitas obrigatoriamente no Sindicato, garantindo todos os direitos celetistas e dos acordos coletivos, e não apenas pelo próprio patrão, como prescreveu a reforma golpista.

CRÉDITO ESPECIAL NO CARTÃO ALIMENTAÇÃO - Todos os trabalhadores recebem um crédito especial de R\$ 1.500,00 no cartão alimentação, em acordo que, somado ao novo valor da cesta, totaliza R\$ 2.698,54.

Mensalmente, o tíquete alimentação passa para R\$ 766,13 e a cesta básica para R\$ 432,41.

CESTA DE NATAL PARA TODOS - O novo Acordo Coletivo elimina para 2018 e 2019 o limite salarial para receber a cesta de Natal. Todos receberão neste ano o direito conquistado pela categoria. Em 2018, este valor será de R\$ 346,93

ANTECIPAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS - PL - Todos os trabalhadores recebem também em agosto/2018 o pagamento antecipado de R\$ 2.000,00 relativo a Participação nos Lucros (PL) 2018 e que seria paga apenas no próximo ano. Em abril de 2019, a categoria receberá a diferença da PL que vier a ser confirmada pelo lucro líquido da empresa.

ELEIÇÃO DIRETA PARA DIRETOR NA AECO - No prazo de 60 dias, será promovida alteração estatutária na Associação dos Empregados da Copasa (AECO), para que os trabalhadores elejam diretamente um diretor entre os associados da entidade.

ELEIÇÃO DIRETA PARA DIRETOR DA LIBERTAS - A empresa se comprometeu em promover em 60 dias, junto com a Fundação Libertas, alterações estatutárias que permitam aos trabalhadores elegerem seu próprio representante na direção executiva da instituição. As mudanças devem ser encaminhadas para a provação na Previc.

CANCELAMENTO DA PMI - Suspensão do processo de Propostas de Manifestação de Interesse (PMI) para Parceria Público Privada (PPP) no sistema de esgotos.

ICIATIVAS GOLPISTAS DE PRIVATIZAÇÃO

NEGOCIAÇÕES DIFÍCEIS

De forma geral, as negociações coletivas no setor de saneamento enfrentaram sérias dificuldades e a maior preocupação foi manter direitos, impedindo cortes embasados na foice amolada da reforma trabalhista golpista.

Assessorados inclusive pelo Dieese, os sindicatos envolvidos nas negociações com a Copasa cobraram insistentemente da empresa a concessão de um ganho real nos salários e ajustes necessários no recente aprovado PCCS, que trouxe insatisfação para grande contingente de trabalhadores, além de reposição de vagas abertas com o plano de desligamento e aposentadorias, primarização de todas as atividades fins da empresa, eliminando a terceirização. Ao mesmo tempo em que negociávamos o Acordo Coletivo, nos mobilizamos, denunciávamos publicamente

e exigimos da Copasa que não levasse adiante o processo de privatização do sistema de esgotos operados pela empresa, claramente ameaçado por uma programada Parceria Público Privada (PPP) iniciada para entregar os serviços a terceiros no Sul do Estado.

As negociações não chegaram a um bom resultado em termos de reajuste de salários, mas avançaram na manutenção dos direitos dos trabalhadores e na proteção da nossa atividade contra processos agressivos de terceirização e privatização. A reforma trabalhista golpista e as investidas do governo Temer para privatizar o saneamento vão demandar ainda luta intensa, mas nosso acordo protege a empresa e nossos empregos contra o entreguismo dos serviços de saneamento para os interesses privados.

ORDENAMENTO COLETIVO

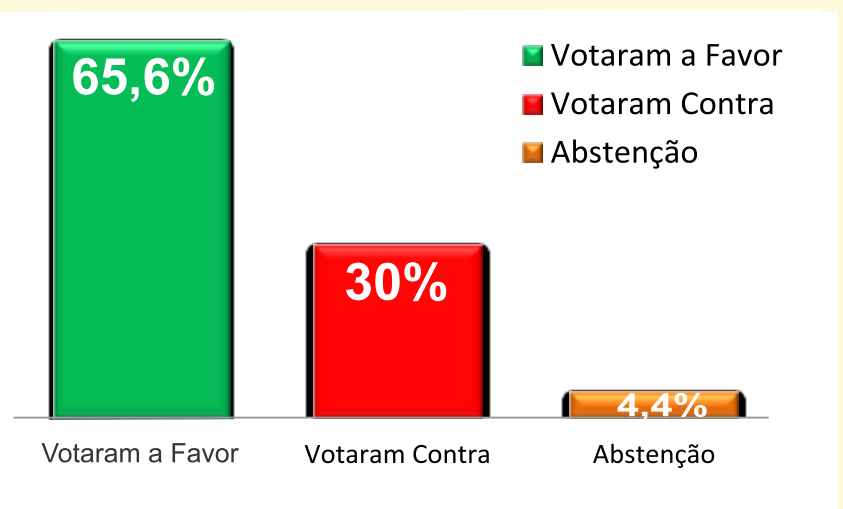
PLANO DE SAÚDE - A empresa fará o parcelamento de coparticipação de trabalhadores assistidos, bem como autopatrocínio das contribuições de trabalhadores afastados por doença/acidentes, enquanto perdurar o afastamento.

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS - Comissão para definir avaliações do PCCS, com a participação de representante sindical.

Veja os benefícios após 1,69% de reajuste

Benefícios que tiveram reajuste		Novos Valores
Tíquete Refeição/Alimentação	Valor total mensal	<--> R\$ 766,13
	Valor por tíquete (22)	<--> R\$ 34,83
	Cesta Básica	<--> R\$ 432,41
	Cesta de Natal (para todos)	<--> R\$ 346,93
	Auxílio Educação	<--> R\$ 639,62
	Auxílio Educação Especial	<--> R\$ 639,62
	Auxílio Creche (até 7 anos)	<--> R\$ 672,89
	Auxílio Creche cuidados especiais	<--> R\$ 672,89
	Reembolso Assistência Especial Saúde	<--> R\$ 897,20
	Auxílio Funeral	<--> R\$ 2.372,44
	GDV	<--> R\$ 16,26
Cartão Alimentação em 30/Ago/2018		<--> Abono R\$ 1.500,00

65% APROVARAM O ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2018



Em votação por todo o Estado nas assembleias, 65% dos trabalhadores presentes aprovaram a proposta para o Acordo Coletivo de Trabalho 2018, mesmo com algumas localidades da empresa manifestando sua insatisfação pela falta de um ganho real nos reajustes dos salários e benefícios.



SAÚDE PÚBLICA FICA SERIAMENTE AMEAÇADA COM MP DO SANEAMENTO



As condições de infraestrutura para os setores de serviços essenciais no País avançam para a profunda degradação com as medidas adotadas pelo governo golpista de Temer.

Depois de impor o bloqueio de investimentos públicos com a Emenda Constitucional 55, que fixou o teto de gastos por 20 anos em setores essenciais, como educação, saúde e transportes, Temer editou a Medida Provisória (MP) 844/2018, de 6 de julho, dia em que a seleção do Brasil perdia para a Bélgica na Copa do Mundo, condenando o setor de saneamento à total falta de investimentos, como forma de sucateá-lo e abrir concessões para ser operado pela iniciativa privada.

Em seu texto, a MP determina que recursos da saúde poderão ser aplicados em saneamento básico apenas em municípios com até 50 mil habitantes. A medida permite que os gastos com saneamento sejam lançados na rubrica de saúde, o que interessa diretamente ao capital privado pela desoneração de obrigações financeiras.

Permite, por exemplo,

que coleta de lixo possa ser paga com recursos destinados à saúde, o que significa literalmente um desvio de recursos.

A estimativa é de que cerca de 5 mil municípios fiquem completamente sem subsídios em todo o Brasil para bancar as ações necessárias e específicas das atividades de saneamento. A Medida Provisória representa um golpe mortal contra as empresas estaduais de saneamento, de forma a priorizar o entreguismo dos serviços públicos essenciais para a operação de empresas privadas, invertendo a lógica do compromisso social exigido dos Estados pela Constituição Federal, condenando o objetivo da universalização dos serviços. Quem busca essencialmente o lucro, não vai se sensibilizar com benefícios sociais para quem não tem recursos para pagar pelos serviços. Os municípios, que hoje se beneficiam com políticas de subsídio cruzado, podem ser condenados a uma ampliação escandalosa da desigualdade de condições de saneamento pela absoluta falta de investimentos públicos.

TRAMITAÇÃO DA MP

A Medida Provisória 844/18 entrou em vigor no dia 6 de julho e aguarda parecer da Comissão Mista para ser submetida aos plenários da Câmara e do Senado.

Os trabalhadores ampliam a mobilização contra a privatização do saneamento, com uma jornada conjunta de lutas para derrubar a MP 844, com ações conjuntas dos sindicatos do setor de saneamento de todo o País. Todos participarão do Dia Nacional de Mobilização dos Trabalhadores em Saneamento, marcado para 30 de agosto, em todos os estados, contra a a MP e a privatização e em defesa da universalização dos serviços.

Outras ações são recorrer às várias instâncias da Justiça com ações de inconstitucionalidade, esclarecer a população com panfletagens e procurar todos os parlamentares para orientá-los sobre a tragédia que esta MP pode levar à saúde pública no País.

